

Racionalização religiosa e dimensões político-institucionais no conflito pela terra no Norte do RS – Fazenda Annoni (1985-1993)

Religious rationalization and political-institutional dimensions in the conflict over land in the North of RS – Fazenda Annoni (1985-1993)

João Carlos Tedesco*
Emerson Neves da Silva**

Resumo: O artigo analisa aspectos da luta pela terra na Fazenda Annoni, Norte do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1985-1993; enfatiza que a referida fazenda foi palco de intensos conflitos sociais pela terra. O “Acampamento da Annoni”, como era conhecido, condensou um amplo processo social de participação da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na luta camponesa no Sul do Brasil. Porém, processos internos e externos tanto da referida instituição quanto do Movimento dos Agricultores Sem-Terras (MST) produziram, em grande parte, alteração nessa dimensão mediadora. A partir de documentos, cartilhas, atas, matérias de jornal e entrevistas diretas com

lideranças do MST e da Igreja Católica, o texto conclui que houve, na fase final do acampamento, entre 1989-1993, uma intensa racionalização política em substituição à mística religiosa no interior do mesmo; outras mediações surgiram com outro dinamismo e intencionalidade.

Palavras-chave: Sem-Terras. Acampamento Annoni. Igreja Católica.

Abstract: The article analyzes aspects of the struggle for land at Fazenda Annoni, north of Rio Grande do Sul, between 1985-1993; emphasizes that the referred farm was a stage of intense social conflicts for the land. The “Annoni Camp”, as it was known, condensed a broad social process

* Graduado em Filosofia, Mestre em Ciências Sociais pela UFRGS. Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Pós-Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Verona (2005) e de Milão (2015). Professor no PPGH/UPF. *E-mail:* jctedesco@upf.br

** Graduado em História pela Fapa. Mestre e Doutor em História pela Unisinos. Professor no PPGH/UFS e no Mestrado Profissional em Educação da UFS; atuou como Pró-Reitor de Extensão e Cultura na UFS no período de 2015-2019. *E-mail:* emerson.silva@uffs.edu.br

of participation by the Catholic Church, through the Pastoral Land Commission (CPT) along with the peasant struggle in southern Brazil. However, internal and external processes, both from that institution and from the Landless Farmers Movement (MST), produced, in large part, changes in this mediating dimension. Based on documents, booklets, minutes, newspaper articles and direct interviews

with leaders of the MST and the Catholic Church, the text concludes that there was, in the final phase of the camp, between 1989-1993, an intense political rationalization to replace the religious mystique inside that camp; other mediations emerged, with another dynamism and intentionality.

Keywords: Landless. Camp Annoni. Catholic Church.

Introdução

A Fazenda Annoni tornou-se paradigmática na luta pela reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul. Ela é fruto do desmembramento de um latifúndio de mais de 90 mil ha, denominado “Fazenda Sarandi”, até o início do século XX e a posterior e consequente ampliação do número de proprietários em razão de sua fragmentação pela aquisição privada (AUME, 2006; TEDESCO; CARINI, 2008).

Desde as primeiras décadas do século XX houve disputas pela sua apropriação por posseiros, requerentes de frações de propriedade, meeiros, indígenas, esfera pública, como é o caso do governador Brizola que, no início da década de 1960, desapropria 23 mil ha (TEDESCO; CARINI, 2008). Houve demandas e conflitos em seu interior com indígenas, com sem-terras, atingidos por barragens, dentre outros. Enfim, ela revelou ser, historicamente, um palco de disputas por vários sujeitos sociais, os quais, em grande parte, expressavam as contradições do latifúndio e as formas em que a propriedade da terra foi se configurando no Norte do Rio Grande do Sul.

Localizada no Norte do Estado do Rio Grande do Sul, na altura do km 50 da RS-324, que liga Passo Fundo a Nonoai, a Fazenda Annoni, um latifúndio da família Annoni, no período, com 12 mil hectares, fruto, como falamos, do desmembramento da Fazenda Sarandi, se situava num espaço que vizinhava com o epicentro da luta pela terra, empreendida na Encruzilhada Natalino, no início da década de 1980, sendo essa, até então, se tornado um símbolo da luta pela terra após os anos 60 até então.

Figura 1 – Localização da Fazenda Annoni no Norte do RS



Fonte: <http://zerohora.clicrbs.com.br/pdf/7134144.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

Em 1962, Ernesto José Annoni adquiriu 16 mil hectares da histórica Fazenda Sarandi, no período, de propriedade da família Mailhos. Com receio de que a sua propriedade fosse desapropriada, Ernesto Annoni subdividiu a área, passando-a em o nome de seus filhos e netos, porém sob a mesma administração. Com a área subdividida, imaginava, ele, que os riscos de desapropriação seriam minimizados. Porém, essa *garantia* durou apenas 10 anos; em 1972, ela foi desapropriada pelo Governo Federal tendo como base o Estatuto da Terra que a identificava como latifúndio improdutivo, para assentar colonos desalojados pelo lago formado com a construção da Hidrelétrica de Passo Real, no Centro-Norte do Rio Grande do Sul. Eram cerca de 600 famílias, na sua maioria de pequenos proprietários, que a lei lhes garantia o direito de reassentamento em outras terras. Assim, a

Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)¹ estabeleceram um acordo, no qual, este último assumiria o compromisso de realocar os agricultores para outras áreas. Em razão disso, em 1979, se iniciou um processo para sua desapropriação e para o reassentamento dessas famílias (BONAVIGO; BAVARESCO, 2008). Em razão de ser uma área de terra *sub judice*, na noite de 29 de outubro de 1985, os sem-terras a ocuparam, introduzindo 1.500 famílias em apenas algumas horas (BENINCÁ, 1987). A partir daí, esse espaço se torna um novo território de luta de pequenos agricultores pela reforma agrária.

O presente estudo intenciona sistematizar alguns aspectos desse amplo, variado, complexo e polêmico movimento social que, nesse cenário, se constituiu. Nossa intenção maior é perceber os conflitos na esfera da mediação, ou seja, entre o já constituído MST e a Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Novas concepções, ações, deliberações e conflitos farão parte desse novo cenário de luta pela terra. Veremos que a trajetória de grande mediadora atribuída à Igreja Católica, através da CPT e de religiosos outros envolvidos na luta social, sofreu alterações significativas; a presença e o poder da instituição religiosa foram redefinidos no interior do movimento social por várias razões internas e externas ao movimento social em questão.

Entendemos que o Acampamento da Annoni, em seu tempo longo e em suas várias fases foi marco de referência do MST para todo o País, num cenário de redemocratização, de efervescência política, de recomposição partidária, de crise do modelo de desenvolvimento agrícola e de repercussões na dinâmica das relações agrárias. Esses novos horizontes sociais e históricos também vão repercutir no interior da Igreja Católica e no próprio movimento social de luta pela terra. O campo religioso passou a ser racionalizado, ou seja, mediado por horizontes outros, redefinidos no interior da própria luta social. Perceber essas redefinições é a intenção principal de nosso singelo e resumido estudo.²

Na elaboração do texto, nos servimos de revisão de literatura sobre o tema do MST, do Acampamento da Fazenda Annoni, de documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de matérias de jornais de Passo Fundo, em particular, do *O Nacional*, bem como outros de circulação estadual, de material distribuído pelo MST e pela CPT, o

qual encontramos no arquivo documental do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) com sede em Erechim, Norte do Estado gaúcho, bem como entrevistas com lideranças do MST e com o Padre Arnildo, esse sempre presente nas lutas do MST no Norte do Estado.

Estruturamos o texto, primeiramente, localizando alguns aspectos que caracterizaram a Fazenda Sarandi no tocante aos conflitos pela terra; posteriormente, abordamos o acampamento no interior da referida fazenda e, por fim, é discutida uma série de questões conflituosas, ainda que resumidamente em razão do pouco espaço de um artigo, entre a mediação da Igreja Católica e o MST, demonstrando os processos de racionalização política que a luta empreendida pelo MST produziu.

Um cenário atrativo para múltiplos sujeitos e intenções variadas

Como informamos, no início da década de 1970, esse espaço da Fazenda Annoni vinha sendo projetado para servir de assentamento a agricultores desalojados de suas terras pela construção da barragem do Passo Real.³ O Inbra, órgão do Ministério da Agricultura, havia começado o processo de demarcação dos lotes para onde seria transferida parte dessas famílias. A área foi dividida, aproximadamente, em 200 lotes, que variavam de 20 a 30 hectares cada, além da reserva florestal de 2.200 hectares que ficaria sob domínio público. Até 1974, haviam sido instaladas em torno de 50 famílias, 30 vindas do contingente dos “afogados do Passo Real” e 24 de pequenos arrendatários ou empregados que moravam no interior da fazenda⁴ (BONAVIGO; BAVARESCO, 2008).

Os proprietários, como vimos, haviam entrado na Justiça contestando a ação desapropriatória e dando início a um longo processo judicial que se arrastou por mais de 13 anos. Por volta de dez anos depois desse conflito que se instalou com a desapropriação e o possível reassentamento dos “afogados”, em 1984, os sem-terras da região, organizados que já estavam e aproveitando o conhecimento adquirido com outros movimentos sociais na região, em particular, o vizinho à Fazenda Annoni, o da Encruzilhada Natalino,⁵ iniciaram um trabalho de base em 36 Municípios do Norte do Estado para ocupar a Annoni. No início, o plano era realizar duas

ocupações “em massa” numa área pertencente à CEEE, no Município de Redentora, e outra na Fazenda Annoni. A primeira tinha a intenção de ocupar terras do Estado para envolvê-lo, pois os camponeses acreditavam que, assim, o governo estadual iria fazer pressão no Governo Federal. Na segunda ocupação planejada, o objetivo era colocar o governo da União no centro da discussão mesmo num cenário de limite dos movimentos sociais e de consequências repressoras do regime militar. As terras da Fazenda Annoni estavam *sub judice* porque a União e os proprietários estavam disputando, na Justiça, há 13 anos, a posse da gleba, desde que fora desapropriada no início da década de 1970 (HOFFMANN, 1997; PASQUETTI, 2007). Faltando 48 horas para as duas ocupações, os dirigentes perceberam que a ação com os dois grupos não teria força suficiente para obter sucesso nas ocupações. Então, decidiram ocupar somente a Fazenda Annoni.

O importante é criar o fato político da ocupação para obrigar o governo a solucionar o caso; preparar com antecedência, em cada município, materiais necessários para a ocupação [...]. Quanto mais consciente for o trabalhador menos problemas causarão para os acampados; procurar envolver toda a família, homem, mulher, jovem e criança. A conquista da Reforma Agrária é responsabilidade de todos os que dependem da terra para viver, discutir bem o percurso que todos devem fazer, evitando chamar a atenção durante o percurso e todos devem chegar juntos à área destinada à ocupação para evitar a violência por parte dos grandes proprietários; manter sigilo absoluto do local e data da ocupação. Apenas a direção saber (*apud* PASQUETTI, 2007, p. 15).

Na madrugada do dia 29 de outubro de 1985, mais de 150 caminhões, ônibus e outros tipos de veículo saíram de várias cidades do Alto Uruguai e das Missões rumo à Fazenda Annoni (PASQUETTI, 2007). Como no dia anterior chovera muito em toda a região, a ação da Polícia, que já esperava essa ocupação dos sem-terras, foi prejudicada. Numa noite apenas, os mesmos conseguiram deslocar um contingente de camponeses de mais de 30 Municípios para a ocupação da referida fazenda. Como era de se esperar, a ocupação, em si, em meio aos desafios e incertezas, foi um sucesso, não tendo havido grandes empecilhos. Eram mais de 2 mil pessoas ocupando

a propriedade numa só noite. É importante frisar que, nas preliminares da ocupação, havia uma organização dos sem-terras em vários Municípios da região. Nesse tipo de ação e de estratégia burocrático-funcional, quadros da Igreja Católica foram fundamentais, principalmente na organização de grupos de jovens em comunidades, iniciando um processo de consciência da realidade fundiária no País, a necessidade de luta social para revertê-la, iniciando, então, um processo de nucleação dos camponeses sem-terras, que passaria a ser fundamental tanto para o acampamento quanto para os assentamentos posteriores (MAINWARING, 1989). A mediação da Igreja foi fundamental, pois atuou naquilo que o MST denominou, posteriormente, de *preliminares*, ou seja, a preparação/o convencimento para acampar. A experiência da Encruzilhada Natalino foi fundamental; muitos dos assentados contribuíram para a organização. A centralidade do processo estava nas mãos da medição de entidades da Igreja Católica capitaneadas pela CPT.

Há um contexto em que essa grande ocupação foi sendo maturada e preparada. Num encontro estadual de sem-terras que ocorreu em 1983, na cidade de Frederico Westphalen, a ideia de fortalecimento da luta e a constituição de núcleos municipais passaram a ser consensuais. A necessidade de constituição de um movimento de sem-terras em nível estadual tornava-se premente e indicou como estratégia de ação a ocupação de terras como a principal “arma” de pressão no sentido de agilizar o acesso à terra. Ainda em meados de 1984, um grupo dos sem-terras ocupou a Estação Experimental da Secretaria da Agricultura do Estado, localizada no Município de Santo Augusto. Tendo que sair do local devido à ação repressiva da Brigada Militar, o referido grupo conseguiu, no Município de Erval Seco, uma pequena parcela de terra na qual foi possível constituir um pequeno acampamento. Esse já estaria preparado para dar o impulso necessário a outros na região para ocupar a Fazenda Annoni. O acampamento foi uma demonstração de força e, para realizar uma ação de tal envergadura, o MST contou com importantes aliados, mobilizando, além dos militantes e assessores do movimento, sindicatos de trabalhadores rurais da região, agentes da pastoral, grupos ligados ao campo acadêmico e simpatizantes em geral que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a efetivação da grande ocupação de outubro de 1985. Mas, entre todos os grupos, sujeitos e instituições envolvidos, foi novamente a Igreja Católica, através da CPT e de religiosos sem vínculo com quadros da instituição, de

representantes e simpatizantes do campo eclesial regional, que marcou e definiu grande parte do processo.

Nesse contexto de meados da década de 1980, a Igreja Católica havia passado por alguns processos que redefiniram ações (BEOZZO, 1994). Concepções de sua ação pastoral, política e organizacional. Passados quase 20 anos do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica reafirma sua opção pelos pobres, adentrando na discussão dos direitos humanos, pela oposição sindical, principalmente no meio rural, com o denominado “Novo Sindicalismo”, luta pela redemocratização do País, sobre o Estado de Direito e contra as ações do Fundo Monetário Internacional (FMI), etc. (BASSANI, 1986). Documentos da CNBB são elaborados nesse sentido, dando ênfase à conjuntura política, à sua missão evangelizadora, aos valores éticos e de justiça e à necessidade de reconstituir instituições democráticas.

Há anos, décadas e gerações inteiras que os pobres aguardam o tempo de sua participação [...]. O fundo do problema político de hoje é a ascensão das massas pobres e marginalizadas, é a questão de saber se, graças às reformas anunciadas, os pobres terão oportunidade de levantar a voz e fazer prevalecer suas justas aspirações. [...]. Nenhuma reforma logrará consolidar formas estáveis de democracia se não tomar em consideração a necessidade de abrir espaços para os trabalhadores e os sem trabalho. Os posseiros expulsos da terra [...] chegam por fim a serem reconhecidos como cidadãos com plenos direitos (CNBB, 1981, p. 4).

Na referida década, continuou havendo profundas divergências no interior da institucionalidade religiosa; havia os que defendiam uma igreja “essencialmente religiosa” e outra inserida no mundo político e “profano” (MATOS, 2003, p. 232). Os fatos sociais do período vão provocando opções mais definidas da instituição. As “Diretas Já”, a redemocratização, a constituição partidária de um campo dito “democrático e popular”, dentre outros aspectos, em especial da Igreja-mãe de Roma, colocou um freio na Teologia da Libertação, nas ações das Comunidade Eclesiais de Base (CEBs) por entender serem as mesmas politizadas demais. Houve grande intervenção da Congregação Romana para a Doutrina da Fé, na ação da Igreja brasileira (CNBB, 1983). Em período de abertura política,

a institucionalidade da Igreja, em termos de evangelização e opção pelos pobres, dá um passo atrás, inclusive fragilizando os pilares que deram base às conferências tanto de Medellín quanto de Puebla (BARROS, 2002).

No espaço regional (Norte do Rio Grande do Sul), as Dioceses também, em termos de oficialidade, divergiam em torno da demanda dos agricultores. Os camponeses acampados demandavam auxílio às paróquias, solicitavam a mediação dos padres, pois entendiam que eles simbolizavam um maior respaldo, justificativa e segurança na luta pela terra. Segundo o Padre Arnildo, em entrevista direta, esse processo de luta camponesa “foi fantástico porque provocou um racha no meio da Igreja entre os padres⁶ Havia um conflito claro dentro da Igreja Católica regional; ficou clara a existência de dois grupos com visões distintas: havia muitos religiosos e leigos que iam até o acampamento para levar ajuda e apoio aos sem-terras, porém havia muitos que condenavam os que se envolviam com política.

Figura 2 – Momento de celebração religiosa no interior do Acampamento da Annoni



Fonte: Fotografia do acervo pessoal do Padre Arnildo encontrada na documentação do MAB-Erechim. Autor desconhecido.

O MST tinha sido criado um ano antes da ocupação da Fazenda Annoni, em 1984, no Estado do Paraná, num congresso que reuniu 1.500 lideranças de vários estados do Brasil, porém a ocupação da Annoni foi a primeira grande ação da entidade, por isso que, para alguns analistas e

mesmo líderes do movimento, ele teria começado nessa luta social e com forte presença e apoio da CPT e de outros mediadores do campo eclesial e religioso (HOFFMANN, 1997; BONAVIGO; BAVARESCO, 2008). Nos primeiros anos de acampamento, merece ser destacada a participação da mediação de grupos da Igreja Católica, os quais promoveram o incentivo para que os agricultores sem-terras não abandonassem a causa e continuassem lutando pelo seu ideal. Nesse sentido, a CPT promoveu várias ações de cunho religioso-simbólico fundamentadas na leitura e na interpretação populares bíblicas (caminhadas, missas, romarias, cursos bíblicos, símbolos como a Cruz e intensos rituais de mística, demonstrando sempre a legitimidade divina da luta pela terra). No dia 11 de fevereiro de 1986, por exemplo, a CPT promoveu a “Romaria da Terra”, realizada na Fazenda Annoni, com a participação de mais de 50 mil pessoas entre agricultores e simpatizantes da luta social pela terra, de várias regiões do Estado e do Sul do Brasil. Esse ato de participação de massa foi central para a firmeza na decisão de grupos da Igreja em continuar apoiando a causa dos sem-terras.

Figura 3 – Momento de ritual e mística religiosa no interior do Acampamento da Annoni



Fonte: Fotografia do acervo pessoal do Padre Arnildo encontrada na documentação do MAB-Erechim. Autor desconhecido.

Os jornais de Passo Fundo destacaram como a Igreja estava atuando dentro da Fazenda Annoni. No fundo, faziam questão de frisar as

contradições internas e os rachas que o conflito produziu no interior da mesma. Na matéria da Central Única dos Trabalhadores (CUT), na época, isso também foi evidenciado. Vejamos a matéria:

Ao analisarmos a igreja devemos ter em mente que duas correntes dividem o trabalho da mesma. Lembra as colocações de Dom Claudio Colling quando ele voltou a afirmar que a propriedade privada não deve ser tocada. [...] Tais colocações defendem o poder, os latifundiários e a própria fome do povo. De um lado temos padres totalmente engajados pela luta do povo e temos uma igreja que hoje entende ser a melhor opção a luta pelo povo, uma igreja comprometida, o exemplo está na Annoni onde ocorreu a romaria da Terra, e onde está instalado o acampamento dos sem terra com o apoio da igreja. (O NACIONAL, 1986, p. 4).

A CPT, mesmo sem o total apoio de bispos que compunham as Dioceses da região, principalmente o de Passo Fundo, D. Cláudio Colling, teve um papel significativo no acampamento pelo incentivo dado aos agricultores sem-terras, envolvendo uma mística religiosa segundo a qual a terra prometida seria entregue a eles; ela organizava e incentivava o trabalho em grupo, “os coletivos”, para que sobrevivessem às precárias condições em que viviam, como foi demonstrado em matéria publicada no “Dia do Agricultor” (25 de julho de 1986), do qual participaram crianças do acampamento.

As comemorações relativas ao Dia do Agricultor iniciaram no dia 24 de julho de 1986, em Passo Fundo, onde as crianças fizeram um ato público em frente da Catedral Nossa Senhora Aparecida. As dificuldades eram amenizadas com o auxílio da Igreja aos acampados da Fazenda Annoni desde o princípio do acampamento, por meio de campanhas para arrecadação de alimentos e utensílios. Eram feitas coletas em todas as Paróquias da Diocese e depois eram enviados os donativos aos camponeses acampados. A violência era outro fator que preocupava a Igreja, pois para os proprietários de terras foi o meio encontrado para combater as ocupações, mesmo que a área ocupada fosse desapropriada pelo Incra,⁷ como foi o caso da Fazenda Annoni. Nesse sentido, a simbologia do *coletivo* das crianças produzia nova representação em face de possível repressão que era ameaçada diariamente.

Novas estratégias de pressão pela reforma agrária: divergências internas e novas simbologias

Com a determinação de protestar e reivindicar seus direitos, os camponeses acampados na Fazenda Annoni tentaram novas estratégias para exercer pressão sobre o governo e obter a reforma agrária: “Acampados desde outubro, os colonos passaram a uma nova tática de atuação: intensificar a pressão sobre o Governo Federal, possivelmente com novas ocupações de terras” (O NACIONAL, 1986, p. 5). Assim, observamos que a luta pela reforma agrária crescia e tomava ênfase no acampamento da Fazenda Annoni pela ação de líderes do MST e pela mediação eclesial. Novas ações foram implementadas pelos acampados. A ação envolvia, agora, a ocupação, no dia 27 de fevereiro de 1986, da sede do Incra em Porto Alegre, com 250 pessoas, que ali permaneceram por mais de 30 dias. Depois de muitas negociações, firmou-se um acordo entre os “acampados da Annoni” e o Incra, que prometeu desapropriar 16 mil hectares em 15 dias, e 32 mil em 60 dias. Com esse acordo, os trabalhadores desocuparam o prédio. Conforme Pasquetti (2007, p. 96), como o acordo não foi cumprido, novamente, no dia 1º de maio de 1986, as famílias decidiram realizar nova ocupação do Incra. Passados quase 30 dias, o acordo ainda não fora cumprido, e a postura das autoridades em relação ao problema foi ficando cada vez mais evidente para os trabalhadores acampados, ou seja, houve só promessas e nenhuma efetivação.

Uma nova forma de luta foi organizada. No dia 27 de maio de 1986, os trabalhadores sem-terras saíram em caminhada de Sarandi até Porto Alegre, realizando um percurso de 450 km, com 250 pessoas, para exigir das autoridades o imediato assentamento das famílias acampadas na Fazenda Annoni; ao chegarem em Porto Alegre, somaram-se a essas mais de 20 mil pessoas entre sem-terras e simpatizantes da causa da mesma. Aqui, novamente, o papel da CPT e de religiosos em geral foi fundamental na mobilização de pessoas de várias Paróquias, grupos de jovens, lideranças sindicais e estudantis que se agruparam ao movimento.

Figura 4 – Chegada de sem-terras na Fazenda Annoni, em Porto Alegre, em junho de 1986



Fonte: Acervo de Daniel de Andrade.

No cotidiano do acampamento, com o passar dos meses, os conflitos se acirravam; há registros da grande dificuldade de o grupo central organizar o cotidiano, suas demandas, seus desafios, as idealizações e promessas aos acampados não realizadas. O tempo longo de acampamento foi desgastando as relações, o processo de coesão foi sofrendo abalos, lideranças foram perdendo legitimidade, novos argumentos teriam de ser constituídos para alimentar a permanência e não criar conflitos internos mais do que os já existentes; as várias interferências externas, de grupos políticos, militares, midiáticos, jornalísticos e religiosos tornaram a convivência difícil, e a direção central entre CPT e MST intensificava as divergências. Havia um grande conflito instituído entre o MST, já consolidado como agregador da luta social e política pela terra, e outros grupos que representavam os “atingidos pela barragem”, mediações essas de várias cores partidárias e que tinham total interesse nessa grande gleba e no mercado eleitoral-regional que esse contingente de agricultores acampados simbolizava. Os conflitos se manifestavam também em termos de opções de ações, metodologias e representações em quadros sociais e políticos externos e internos, em especial entre a CPT e o MST. O conteúdo das ações implementadas pela CPT e outros representantes de Igrejas não consensualizava com decisões do MST, principalmente em sua dimensão política, ritualística e de significação.⁸

A Bíblia, suas passagens em torno do sofrimento, do sacrifício, e da mística⁹ da Cruz, começaram a ser questionadas pelo MST, bem como a presença de outras Igrejas e suas variadas interpretações do campo teológico demonstravam certa redução do poder legitimador e aglutinador que a Igreja Católica, até então, sempre teve. A figura central do Padre Arnildo se manteve, porém o poder e a força institucionais da CPT começaram a sofrer redefinições. Não podemos esquecer, também, as agremiações partidárias já contituídas em seu interior que, no fundo, formavam quadros e renovavam os já existentes com influência e decisão do comando geral de até então, principalmente, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

No caso da caminhada até Porto Alegre, esse processo ficou bem-explícito e público, pois a CPT pretendia fazer uma caminhada pacífica, sempre na simbologia da busca da “terra prometida”, ao passo que os membros ligados à direção do MST queriam realizar ações mais radicais,

ocupando outras fazendas e forçando sua desapropriação, dando maior dinâmica à dimensão política e às estratégias de confronto, aproveitando a conjuntura de oportunidades políticas com a redemocratização, com a Constituinte que se gestava e o governo demonstrando certa sensibilidade para com a causa da reforma agrária.

É importante que se diga que é difícil falar de uma forma genérica do “Acampamento da Annoni”, como era denominado popularmente; o mesmo nunca foi homogêneo. Em sua constituição, como falamos, havia sem-terras, fruto de organização própria, atingidos por barragens, outros grupos oriundos do campo sindical do meio rural, ou camponeses sem vínculo com o MST, dentre outros. O mesmo teve várias fases e faces, que determinaram vários de seus processos, performances, mediações e ações. Assentamentos foram efetivados, alguns definitivos, outros provisórios, áreas foram divididas para permitir contemplar uma maior quantidade de acampados e dificultar as ações de despejo (a Brigada Militar teria que montar uma grande operação, e isso, certamente, traria reflexos negativos à imagem do governo da Nova República). Estratégias múltiplas se fizeram presentes no acampamento em razão das respostas que eram obtidas, fruto das ações de pressão, mediação e novas normas em torno da reforma agrária pela esfera público-federal.

O conflito interno com os conhecidos “afogados” foi intenso durante todo o ano de 1986; esses queriam montar acampamento no interior da Fazenda Annoni; no fundo, conquistaram maior legitimidade social para tanto; afinal, a referida fazenda lhes era prometida há mais tempo. As informações circulavam pelos meios de comunicação de que eram esses os legítimos *donos* da Annoni, pois eram agricultores e foram vítimas de um processo desapropriatório para propiciar modernização ao País e, em especial, à região através das barragens. Os sem-terras, estigmatizados que já estavam em razão de períodos de lutas anteriores na região, não eram vistos pela mídia de maior abrangência e mesmo pela oficialidade da Igreja Católica do Norte do Estado, como legítimos e, sim, como intrusos que complicaram ainda mais a situação para os primeiros.

A Igreja Católica de Passo Fundo, através de seu grupo de representantes, não se opôs a essa tentativa de entrada no interior do acampamento do grupo dos “afogados”; ao contrário, a incentivou, pois entendia ser

legítima a ação deles; isso, na opinião da oficialidade da Igreja Católica, ampliaria a luta, a tornaria mais visível, aumentaria a pressão pela reforma agrária e desapropriação definitiva da Fazenda Annoni e de outras espalhadas e demandadas por todo o Estado sulino. Porém, o MST, no período já constituído em nível nacional, entendia que as lutas eram duas e com dois objetivos: o mesmo queria reforma agrária, uma política estrutural de transformação da questão agrária; os “afogados” lutavam pelo reassentamento, por suas mediações, e as estratégias de ação eram diversas. Havia outros grupos, inclusive partidos políticos e prefeitos da região de agremiações variadas em seu interior e contrários ao MST. Esse entendia que a estratégia de inserção dos “afogados” era para esvaziar a luta dos sem-terras. Esse conflito se estendeu por muitos meses sem solução, porém a inserção dos “afogados” se deu no interior do acampamento.

Racionalização religiosa e mística política

Nessa primeira fase (entre 1985-1988), o campo eclesiástico teve um papel determinante. As campanhas de solidariedade, a produção de material explicativo, a visita de pessoas de repercussão nacional do campo religioso, os cursos sobre a Bíblia, o incentivo à vida comunitária, a mística religiosa e sua ritualidade quase cotidiana (missas, encontros, caminhadas, trabalho coletivo, simbologias da esperança, dentre outras) de renovação das forças para que continuassem na luta, na imposição de visões de mundo em que o coletivo e a adoção de valores comunitários eram entendidos como de sobreposição aos desejos individuais, etc. foram produzidos e difundidos para atestar e afirmar processos de mediação; buscavam, com isso, recompor a legitimidade da mediação dos campos religioso e eclesiástico no interior do movimento, amenizar os conflitos internos, relembrar a experiência sofredora e redentora da Encruzilhada Natalino.

A mediação eclesiástica partia do princípio de que, sem a ajuda religiosa, a crença e a esperança passadas para essas pessoas, não haveria persistência em continuar, ainda mais em condições precárias, enfrentando a fome e o frio, as doenças e o descaso do governo para com suas necessidades (BOFF; PELOSO, 1998). Esses rituais de forte mística coletiva reafirmavam o compromisso com os ideais defendidos em torno da reforma agrária e

da dimensão grupal da luta social, dando-lhes visibilidade por meio de bandeiras, dos símbolos, dos gestos, das falas, das palavras de ordem, da linguagem cotidiana, buscando uma construção no presente do que seria uma sociedade utópica futura.

Talvez seja difícil para quem não pôde ainda presenciar um momento como este – um encontro ou seminário, numa passeata ou marcha, ou nas atividades cotidianas de alguma das escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, ser capaz de sentir ou compreender de imediato o sentido e efeitos disto que se denomina como mística (MEDEIROS, 2001, p. 26).

Nesse sentido, Pasquetti (2007, p. 2006-7) diz que essa ritualidade produzia identidade, a “família sem-terras”. Na caminhada referida rumo à capital, a mística alimentou muitos rituais. Quando os camponeses, em marcha, chegaram em Passo Fundo, no dia 29 de maio de 1986, sob uma forte chuva e muito frio, realizaram um ato público na catedral. Em trecho de uma reportagem feita pelo jornal *O Nacional*, descreve-se o que os colonos estavam sentindo naquele momento:

Lembrando as catacumbas que os antigos cristãos reuniam-se, os colonos entoaram seus cantos no interior da Catedral, iluminada por umas poucas velas e por meia dúzia de tochas que os acompanham em sua caminhada. Egon Schwaab e Marli Castro, da executiva do Movimento dos Sem terra falaram ao grupo sobre os motivos que os levaram à situação de sacrifícios e miséria que atravessam. Com a ajuda do padre Anildo Fritzen, o bispo da diocese de Passo Fundo, Dom Urbano Algayer celebrou uma missa para os camponeses, destacando a esperança por uma vida melhor, “que virá com a reforma agrária”, e criticando aqueles que se opõem à justiça social e a uma vida digna para os trabalhadores do campo e da cidade. (O NACIONAL, 1986, p. 1).

No entanto, a falta de decisões governamentais, de novos processos políticos no País, de novas lideranças surgindo no interior do MST, com

o passar dos meses e, também dos anos, o espaço de poder no interior da luta social é ocupado por essa entidade. A dimensão política ficava a cargo do MST, a animação e a constituição de redes externas ficavam a cargo da mediação eclesial. Segundo o Padre Arnildo,

na década de 1980, os bispos e as entidades religiosas não somente a Igreja Católica, mas também a Evangélica e a Luterana, abriam as portas para apoiar a causa dos Sem Terra. Pois na grande caminhada rumo a Porto Alegre na década de 1980 os bispos das entidades religiosas estavam organizados para apoiar essas pessoas oprimidas. Pois no decorrer do caminho, seminários, ginásios, catedrais, santuários, comunidades acolheram e deram o suporte aos camponeses que caminhavam rumo à capital gaúcha (FRITZEM, 2018, s. p.).

O Padre Arnildo representava para os acampados muito mais do que a personificação da CPT; ele era o vigário paroquial do cenário do conflito, bem como a presença marcante por toda a história da luta pela terra na região. Seu trânsito, reconhecimento e poder eram amplos no interior e no exterior do MST. Em entrevista com Padre Arnildo, essa questão da mística e da perda da força da simbologia religiosa se faz sentir:

A direção do MST era política, mais central. Agora a Igreja e a cruz já não eram mais os símbolos da luta e sim agora a bandeira acaba entrando em seu lugar. A cruz, símbolo da marcha, tinha uma dimensão mais religiosa; se fez depois uma cruz de pedra com o objetivo de homenagear todos os municípios que estavam envolvidos na ocupação da Annoni, mas não era aquela cruz que seguia nas caminhadas e procissões dos outros acampamentos anteriores. Portanto, essa cruz perde um pouco da sua mística, embora quando foi feita a marcha para Porto Alegre construímos uma cruz que foi levada junto, mas nesse momento ela tem somente um caráter religioso em forma de mística, ou seja, aquela marcha era em busca da terra prometida (FRITZEN, 2018, s.p.).

Em Porto Alegre, os sem-terras ocuparam a praça central, reivindicando do governo uma solução para o problema do assentamento da Annoni. Essa

atitude de antiviôlência liderada pela CPT forçou o governo a tomar uma decisão, que foi abrir a Assembleia Legislativa para ocupação e negociação com o MST. O Padre Arnildo, em entrevista, disse que lamentava “a decisão tomada por algumas lideranças que não foram muito felizes em se retirarem da Assembleia Legislativa, aceitando novas promessas e acordos feitos pelo governo”; disse ele que isso “foi um grande retrocesso por nossa parte” (FRITZEN, 2018, s.p.). Essa atitude revela a falta de consenso interno, bem como o forte poder do grupo ligado ao MST que não acreditava mais em promessas governamentais, e sim, na pressão e no enfrentamento do latifúndio pela via de ocupação e de atitudes mais radicais. A marcha a Porto Alegre produziu intensa dimensão midiática e sensibilização social, porém, os resultados para a efetiva e esperada reforma agrária foram poucos.

Figura 5 – Concentração de sem-terras na Praça da Matriz, em Porto Alegre



Fonte: Acervo de Daniel de Andrade. Álbum fotográfico: “A luta dos trabalhadores sem-terras”.

Na Fazenda Annoni, outro grupo organizou uma passeata até o Município de Ronda Alta, no dia 12 de junho de 1987, para a realização

de uma manifestação. Na oportunidade, o líder camponês e integrante da executiva nacional do MST, Darci Maschio, liderava um conjunto de manifestações de cunho político na região. O líder do MST disse:

Nossa luta sempre se desenvolveu de forma pacífica e sempre nos responderam de forma violenta, inclusive com armas matando companheiros nossos. A Igreja, que no início apoiou a Nova República, acreditando que faria grandes transformações sociais, viu que esse governo está pior do que os últimos dois anos do João Batista Figueiredo,¹⁰ que representava os militares. Por isso que a igreja resolveu apoiar a luta pacífica dos trabalhadores, representando mais uma força nessa luta (O NACIONAL, 1986, p. 3).

Essa afirmação de uma das maiores lideranças do MST, já em termos de Brasil, revelava a descrença nas promessas de governantes (no caso da estrutura política da Nova República), bem como nas ações de cunho pacífico, defendidas e alimentadas pela mediação eclesiástica. Para muitos acampados a mediação da Igreja era fundamental, lhes dava garantias de uma esperança de conquista da terra, não tanto pelos seus rituais, mas pelo papel institucional-social (capital social) da mesma, para lhes dar forças para continuar a luta, avançando com manifestações pacíficas em busca da reforma agrária. Acampados em frente da Assembleia legislativa, um grupo de camponeses, apoiados por instituições de solidariedade atreladas à Igreja Católica, ali permaneceram durante 91 dias, com a esperança de que o governo realizasse a desapropriação de terras. Contudo, como viram que já não causavam pressão sobre o governo, por se tornar rotineiro esse tipo de ato público, voltaram para a Fazenda Annoni com outra estratégia: a de ocupação de outras áreas. É nessa conjuntura que o MST racionaliza as ações do grande grupo, dimensiona pelo lado partidário a luta social e faz pressão pela região e outras partes do Estado, agregando-se a outros acampamentos existentes. Por isso, no dia 29 de setembro de 1987, os colonos da Fazenda Annoni decidiram dar início a uma caminhada até as glebas desapropriadas na região de Cruz Alta. Contudo, a Brigada Militar, agindo com aproximadamente 600 homens, cercou o acampamento, impedindo a saída dos agricultores. (O NACIONAL, 1986, p. 1).

O saldo da ação foi que vários colonos ficaram feridos, outros presos

e houve muitas tentativas de iniciar a caminhada, porém foram obrigados a permanecer no acampamento. O MST, a partir de então, reivindicou também o apoio de entidades ligadas ao campo religioso e de grande respaldo político-social em termos de País. Frei Beto foi uma dessas personalidades. O mesmo deixou claro que a “Igreja está apoiando e continuará dentro de suas possibilidades a luta dos colonos da Fazenda Annoni por se tratar de uma luta justa” (O NACIONAL, 1987, p. 3).

Após muita pressão e muitas estratégias, o Incra e o governo estadual decidiram que a Fazenda Annoni seria liberada para os acampados com fins de reforma agrária. Contudo, a área comportava apenas 200 famílias, e, no acampamento, havia, aproximadamente, 1.500 famílias esperando para serem assentadas. Além disso, o Incra não possuía terras para assentamento. A referida entidade propôs que as terras da Fazenda Annoni serviriam, então, como assentamento provisório para todas as famílias, até que outras áreas fossem desapropriadas para o assentamento definitivo.

Após debates, os colonos sem-terras do acampamento da Fazenda Annoni aceitaram a proposta de utilização coletiva e provisória da fazenda, a qual foi dividida em 16 áreas, cabendo a cada família dois hectares. Assim, o plantio era feito coletivamente e era incentivado por alguns agentes religiosos, principalmente em torno da prática do trabalho comunitário, com ênfase na solidariedade dos integrantes. Contudo, isso aumentou a disputa com a direção do MST, que incentivava a formação de grupos coletivos voltados mais para a produção com fins de comercialização. Para organizar o acampamento nessas 16 áreas foram mobilizados vários setores do governo e de entidades que sempre haviam ajudado os sem-terras. Diz Marly Castro¹¹ que

o povo ganha moral com o que está acontecendo pois reverte a desinformação que foi lançada sobre a opinião pública. Nós vamos mostrar na prática que, realmente, as 1.200 famílias acampadas são verdadeiros trabalhadores sem terra e pessoas que pretendem cultivar a terra com seus recursos e se for possível dali retirar o sustento de sua família e da grande população. (O NACIONAL, 1987, p. 3).

Segundo Bonavigo e Bavaresco, esse acontecimento,

somado às divergências já existentes no interior do acampamento e entre as instâncias envolvidas (MST, agentes religiosos, governo), tornou difícil a organização de novas pressões para a conquista da terra. Já cansados de se organizar, lutar, esperar e não sabendo em quem acreditar, os acampados passaram a se envolver com a produção de seu pequeno pedaço de terra (2008, p. 43).

Apesar disso, os conflitos e a ocupação de terras continuaram, ainda que com menos intensidade, já que o objetivo dos agricultores sem-terras era a conquista de terras para assentamento. Após a divisão em 16 áreas, decorreram mais seis anos de exaustiva espera pelos acampados até a efetivação de um assentamento, para os que ainda não haviam recebido terra e para os que a receberam em forma diminuta. Esse processo todo durou até 1993.

No ano de 1987, foram realizados os primeiros assentamentos das famílias que estavam nos 16 núcleos. Essa seria a Fase I do assentamento, em que se contemplaram mais 212 do acampamento organizado pelo MST. Na Fase II, 25 famílias foram assentadas na Fazenda Annoni, no chamado “Assentamento Holandês”, em razão de acordo feito entre Incra e acampados. As famílias restantes foram assentadas em fazendas de outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul até o ano de 1993 (BONAVIGO; BAVARESCO, 2008).

Muitas divergências entre os acampados começaram a acontecer em razão do critério utilizado para a escolha das famílias e da demora na realização de novos assentamentos. A Fase III do assentamento, por exemplo, ocorreu ainda em 1987, quando 30 famílias foram assentadas. Somente em 1989, as 550 famílias que esperavam ser assentadas na Annoni tomaram uma iniciativa e exerceram pressão sobre o governo e o Incra para que o problema fosse solucionado de modo que todas tivessem sua terra.

Contudo, a Fazenda Annoni, como vimos, comportava somente 200 famílias, gerando, assim, um novo impasse. Com o compromisso de que o restante das famílias pudesse permanecer na Fazenda Annoni até serem assentadas definitivamente, um acordo foi feito entre o Incra e o MST, determinando que 102 famílias do MST seriam assentadas na Annoni (BONAVIGO; BAVARESCO, 2008). As famílias excedentes esperaram

até 1993 para o assentamento definitivo, disputando, assim, de 1989 até 1993, com as famílias assentadas da Annoni um espaço de terra para plantar. Como 32 famílias ficaram sem assentamento, os 20 ha que as famílias na Annoni tinham adquirido, foram reduzidos para 15 ha cada, podendo, assim, ocorrer o assentamento dessas famílias. Essa foi a quarta e última fase do assentamento, porém condensou um amplo processo de lutas internas e externas; talvez as internas tenham sido mais intensas e marcantes do que as externas (BONAVIGO; BAVARESCO, 2008). A dimensão coletiva e identitária do grande grupo não foi suficiente para legitimar e cimentar relações harmônicas no interior da luta social.

O sentido econômico do solidarismo começou a se chocar com o sentido comunitário do mesmo. Para o MST a formação de grupos coletivos tinha uma dimensão econômica maior, ou seja, de produção e produtividade, como forças que se somam para produzir melhor e mostrar que o sacrifício no acampamento valeu a pena. Para o campo eclesial, isso era importante, mas não suficiente se não fosse desenvolvido um espírito solidário-comunitário. Sem esses valores, membros da Igreja Católica entendiam que os laços coletivos, no campo produtivo, logo se esvaíam.

Alguns grupos acabaram desistindo da dimensão coletiva e plantaram sua pequena área individual isoladamente. Um fato que criou mais conflitos internos foi o MST ter decidido que os escolhidos para assentamentos seriam os agricultores que tivessem uma melhor experiência econômica de produção coletiva. Esses seriam os priorizados para os assentamentos que estavam por vir. Esse critério de escolha, de seleção e de prêmio ao mesmo tempo, criou conflitos, divergências com a mediação religiosa, conflitos no interior dos grupos, bem como incentivou outros a tentar e/ou consolidar essa prática. Através disso, estava, de certa forma, cimentada a hegemonia das propostas do MST no interior do movimento e na determinação das decisões. Os considerados melhores agricultores, quem tinha melhor experiência com a terra em situações anteriores ao acampamento, bem como os que eram próximos das lideranças e/ou considerados líderes acabavam sendo os preferidos. Ressentimentos, reclamações, conflitos internos, brigas e divergências marcaram essa realidade de distribuição de terras na “Fazenda Annoni”. A demora pelos assentamentos, as divergências internas em termos de práticas a serem adotadas na efetivação do assentamento,

bem como os critérios de seleção, as dificuldades de mobilização coletiva, e a perda de ritualidades religiosas de grande massa, fizeram com que o total controle do MST fosse fragilizado, e que novas lideranças, de outros grupos, oriundos do interior do MST ou fora dele, como disse o Padre Arnildo, “tomassem as rédeas”.

No início de 1988, uma nova assembleia foi instituída, quando se decidiu pela criação de outra organização paralela ao MST para coordenar o acampamento: a Associação Gaúcha de Reforma Agrária (AGRA). Essa nova mediação discordava das ações do MST e era apoiada por outras agremiações políticas. A mesma pleiteou no Incra nova prática de seleção dos futuros assentados. Isso ocasionou vários conflitos, rachas internos e a presença de grupos de vários lados e com interesses diversos. Desse modo, a Fazenda Annoni passou a ser cobiçada por todos, ou seja, restavam ainda, no período, quase 600 famílias que não haviam sido selecionadas e que queriam uma definição sobre a permanência (ou não) em seu interior, sobre quem ficaria (ou não) na mesma. Foram privilegiados grupos que já haviam conseguido uma melhor organização, em especial, na dimensão da cooperação agrícola. Famílias ligadas à AGR A também foram contempladas e priorizadas, o MST conseguiu assentar, nessa leva, 102 famílias, e metade delas seria selecionada segundo os mesmos critérios do Incra, e a outra metade, pela proposta de cooperação agrícola (BONAVIGO, BAVARESCO, 2008). Nesse sentido, de 1987 até 1993, vários núcleos de assentamento foram se constituindo, considerados e denominados por fases em razão de obedecerem a uma cronologia temporal. O Incra, na época, se aproximava mais do MST, das estratégias de ação do mesmo, bem como dos critérios de pontuação para definição de quem seria assentado.

No final do acampamento da Fazenda Annoni, em sua fase avançada, no início da década de 1990, acabou-se por redefinir o papel do campo eclesial nesse processo de luta. Alguns fatores contribuíram para isso, dentre os quais a “consolidação do MST como ator político, o momento político nacional e novas formas de análise da sociedade” (HOFFMANN, 1997, p. 168), mostrando que a luta pela terra tomava um rumo diferente e passava a contemplar o aspecto político, deixando de lado a simbologia do teológico, do campo bíblico. Nesse período, o MST passou a ter o seu próprio programa de formação política, no qual secundarizava os agentes

religiosos, fazendo reuniões e tomando decisões sem esses e sem outros colaboradores da causa, ou seja, tornou-se mais independente.

Porém, não houve um processo de escanteamento da Igreja Católica e de outras presentes no interior do acampamento, apenas as decisões e as significações da ritualidade não a tinham mais como agente especial de mediação. Houve, sim, tentativas de racionalizar as estratégias e aglutinar as lutas sociais numa perspectiva mais ampla, envolvendo uma série de movimentos sociais presentes na conjuntura brasileira e que ganharam o apoio dos sem-terras e vice-versa; ou seja, a luta social começou a ter um processo em rede, em sinergia entre os movimentos, fato, esse, que transcendia à mediação e à ritualidade do campo religioso.

A esfera política e, em especial, a partidária, ganhava força no interior dos movimentos sociais. Nessas junções, redes e associações diversas, o MST foi obtendo adesões, respostas mais efetivas às suas demandas, sensibilizando a sociedade para sua causa. A partir disso, a luta pela terra tornou-se mais política, modificando suas representações. A CPT mudou seu discurso e modo de participar da causa dos pequenos agricultores, posicionando-se no sentido de dar apoio às decisões dos sem-terras, mas sem tomar a iniciativa de promovê-las. Estava claro que a Igreja, aos poucos, foi perdendo espaço e poder nas decisões, mas não da causa, pois seu apoio era fundamental, para que os colonos sem-terra da Fazenda Annoni pudessem continuar buscando seu objetivo. Mesmo com menor presença direta na decisões da direção do movimento, a Igreja não deixou de ajudar e dar apoio aos que lutavam pelo seu direito de trabalhar e cultivar a terra.

No final da década de 1980, o ambiente político geral era outro. O regime civil-militar cessara em 1985, e muitos dos movimentos sociais populares, surgidos naquele período, tinham amadurecido e se reciclado de acordo com as novas demandas; fortaleceram-se os movimentos sociais populares do meio rural e convergiram para os eminentemente urbanos e com ideologia mais política e menos religiosa, a Cruz foi substituída, em grande parte, pela bandeira, a leitura bíblica cedeu espaço a cartilhas, a luta pela terra articulou-se em rede com outros movimentos sociais urbanos, várias lideranças do MST e de outras entidades da causa agrária, dentre elas, alguns da própria CPT, adentraram no campo partidário e da política institucional.

Considerações finais

A luta social pela terra na Fazenda Annoni foi um marco histórico em termos de Brasil; ela revelou enfrentamentos, contradições, conflitos internos, repressões, ambiguidades, estratégias variadas, vitória dos camponeses num cenário político-ideológico adverso, dentre uma série de outras questões. Não temos dúvida em afirmar que ela refletiu um processo de maturação social e política pelas causas dos subalternizados sociais, dentre eles, os pequenos agricultores; em termos regionais, ela expressou, também, a maturação de um processo social que vinha, há meio século, se constituindo, de forma mais explícita ou não, no interior do histórico latifúndio que foi a Fazenda Sarandi. Além de tudo isso, o “Acampamento da Annoni” revelou processos de maturação da organização camponesa, certa autonomia ante os processos de mediação, em particular, da Igreja Católica. Essa nova dimensão foi fruto de um contexto mais amplo, em nível nacional, de múltiplos processos políticos e ideológicos, de recomposição de forças sociais, de lutas conjuntas, de mobilização de massas como meio de formação de “consciência política”.

O MST, através desse acampamento, fez parte da cena política nacional, promovendo ações, visibilidades, contatos internacionais, etc. Sua envergadura lhe deu legitimidade para transcender as fronteiras nacionais, dialogar com lideranças internacionais, promover certa autonomização em relação à centrada presença da Igreja Católica. Alguns dizem que a Igreja poderia sair, institucionalmente, de cena, porque deixou seus frutos ou, então, que o “filho se independizou” como nos disse o Padre Arnildo; talvez, em parte, esse processo tenha se evidenciado, mas, ao mesmo tempo, inúmeras questões se alteraram nas estratégias, metodologias, representações, símbolos e elementos aglutinadores (Cruzes, dimensão do sofrimento e a consequente redenção, a representação do comunitarismo, etc.). Muito disso tudo foi fruto de tensões internas, conflitos, lutas por representação e legitimação.

Foram quase oito anos de acampamento; experiência essa que serviu de base para uma série de outras ações do MST e das forças de repressão e organização do latifúndio no Brasil. Esse tempo de acampamento revelou a complexidade da luta social; a força da mediação, a necessidade de assembleias, de rituais de massa para se voltar à esfera pública, as divisões internas,

os conflitos no cotidiano, a força da base como o evidenciado em novembro de 1987, por ocasião da deflagração de uma grande divisão na esfera do comando do movimento, quando grupos de acampados destituíram a coordenação, que, há três anos, dirigia o acampamento (PASQUETTI, 2007; BONAVIGO; BAVARESCO, 2008). Esses conflitos internos acabaram por acirrar os já existentes entre a CPT e o MST em suas estratégias, decisões e justificativas. Houve, com o passar dos anos, uma maior partidização da luta pela terra. No tocante à concepção de luta social, alguns tinham, no governo, um inimigo político; outros o apoiavam e imaginavam ser beneficiados pela decisão pública de uma reforma agrária, algum tipo de assistência, a necessidade de manter uma relação mais estreita com o governo, pois entendiam, também, que as promessas não eram cumpridas em razão da desinformação do mesmo sobre a situação dos camponeses. A saída entendida seria um constante diálogo e a mediação.

No final da década de 1980, o MST investiu intensamente na formação de lideranças no interior do quadro dos próprios acampados e/ou já assentados, para transformar as lideranças que surgiam em dirigentes.¹² Segundo Hoffmann (1997, p. 169), “o MST passa a ter o seu próprio programa de formação política, passa a enfatizar repetidas vezes a sua autonomia, inclusive com relação à Igreja, afirmando que o movimento “anda com suas próprias pernas”. Essas ações objetivavam, também, o afastamento da Igreja como condutora dos acampados e a instalação de nova etapa do movimento em termos de direção e representantes partidários. É nesse sentido que podemos compreender sua opção pela construção da CUT e do PT no meio rural. Grandes mudanças ocorreram no interior da Igreja e também em relação ao próprio MST, principalmente no papel de mediação. Como a ideologia religiosa que predominava entre os sem-terras acabou passando para uma ideologia mais política, a Igreja Católica deixou de ser o agente que estava à frente da organização e orientação dos acampados, passando a ser apoiadora do MST. Novos acampamentos do MST surgiram anos depois, na região Norte do Estado, e o maior deles foi em 2004, na Fazenda Coqueiros, o qual durou até 2006, com total ausência da mediação da Igreja Católica e foi totalmente desmantelado pela Brigada Militar, num processo amplo de repressão e judicialização, inclusive, alguns de seus membros foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Mas essa é outra questão para outro espaço e momento.

Referências

- AUME, D. J. *O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços modelares*. Passo Fundo: Ed. da UPF; Goiânia: Ed. da Universidade de Goiás, 2006.
- BARROS, R. C. Bispos na primavera de renovação que marcou a gênese da CNBB. *Revista Encontros Teológicos*, v. 17, n. 32, p. 78-82, 2002.
- BASSANI, P. *Frente Agrária Gaúcha: ação política e ideológica da Igreja Católica no movimento camponês no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1986.
- BENINCÁ, E. *Conflicto religioso e práxis*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUCSP, São Paulo, 1987.
- BEOZZO, J. O. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II; de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994. (Col. Igreja do Brasil).
- BOFF, L.; PELOSO, R. B. *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. São Paulo: MST, 1998.
- BONAVIGO, E.; BAVARESCO, P. Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo. In: CARINI, J. J.; TEDESCO, J. C. *Conflitos agrários no Norte gaúcho – 1980-2008*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 31-50, v. 2.
- CARINI, J. J.; TEDESCO, J. C. (org.) *Conflitos agrários no Norte gaúcho 1980-2008*. Porto Alegre: EST, 2008.
- CNBB. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Pastoral da Terra*. São Paulo: Paulinas, 1983. (Col. estudos da CNBB, 11).
- CNBB. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Reflexão sobre a conjuntura política*. São Paulo: Paulinas, 1981. (Col. documentos da CNBB, 22).
- CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra, 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.
- FRITZEN, A. Entrevistado por Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco. (Pesquisa de campo, em 12 de janeiro de 2017 e 12 de fevereiro de 2018).
- HOFFMANN, L. S. *A cruz e a bandeira: a construção do imaginário dos sem-terras do RS -1981-1987*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1997.
- Jornal *O Nacional*, Passo Fundo, 12 fev. 1986.
- MAINWARING, S. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-85)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARCON, T. *Acampamento natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo

Fundo: Ediupf, 1997.

MATOS, H. C. J. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil: período Republicano e Atualidade*. São Paulo: Paulinas, 2003. t. 3.

Medeiros, L. S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 2001.

MELLO, Flávio Miguez de (org.). *A história das barragens no Brasil, séculos*

XIX, XX e XXI: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2011.

PASQUETTI, L. A. *Terra ocupada: identidades reconstruídas: 1984-2004*. 2007. Tese (Doutorado em História Cultural) – UnB, Brasília, 2007.

REVISTA *Plano Nacional do MST*. São Paulo: 1998.

Notas

1. Em 1970, através de um decreto presidencial, o IBRA foi substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura.
2. O artigo é fruto de um projeto de pesquisa mais amplo que busca mapear os conflitos agrários no Norte do RS de meados do século XX até o então citado envolvendo vários atores sociais.
3. Esses agricultores passariam a ser denominados de “afogados” do Passo Real. Essa questão entre quem deve ou não ser assentado ou a quem a referida fazenda deve servir marcou todo o tempo de existência do conflito na Annoni, inclusive, produzindo muitos conflitos internos, ações e argumentos para dar legitimidade às suas demandas, etc. Para melhor discussão ver: (MELLO, Flávio Miguez de. (org.). *A história das barragens no Brasil, séculos XIX, XX e XXI*: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2011.
4. O Incra denominou essa etapa do assentamento de “Projeto Integrado de Colonização” ou PIC Sarandi.
5. Sobre esse movimento camponês há vários estudos, dentre os quais, os de Marcon (1997).
6. FRITZEN, Arnildo. Entrevista cedida a Valdemar da Silva Goes e João Carlos Tedesco.
7. Incra, *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*, criado em 9 de julho de 1970, pelo Decreto n. 1.110, resultado da fusão do Ibra com o Inda. A ocupação ocorreu na Superintendência do Incra. em Porto Alegre – RS, em 27 de fevereiro de 1986.
8. Revisamos vários documentos, atas, cartilhas, panfletos distribuídos pelo MST e a CPT aos acampados, os quais revelavam divergências, busca de apoio, argumentos em favor de uma ou outra ação.
9. A mística é um dos principais rituais em que o simbólico é produzido e pode ser visto como um elemento importante do imaginário social, que renova as forças dos trabalhadores e a coragem para seguir na luta, a simbologia da chegada à “terra prometida”, da redenção obtida pelo sacrifício (HOFFMANN, 1997). Segundo Boff e Peloso (1998, p. 31), a mística é composta por um conjunto de convicções profundas, de visões grandiosas e paixões fortes, o qual mobiliza as pessoas e movimentos a mudanças, que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades, ou sustentam a esperança de sair de uma situação de pobreza. A mística é uma energia que transforma os sujeitos sem-terras em indivíduos imbuídos do desejo de lutar sempre; anima e fortalece.
10. O General João Batista Figueiredo foi o último presidente do Regime Militar (que vigorou entre 1964 e 1985),

governando de 1979 a 1985.

11. Representante da coordenação dos acampados.

12. Ver: MST. *Caderno de Estudo*, n. 1, p. 3, 1987.